

A Vida Dirige o Rio: Ocupação Cabocla e Extrativismo Madeireiro no Alto Capim (Pará)

■ Gabriel Medina

Resumo

Nesta dissertação, considero o papel exercido pelos produtos florestais não madeireiros (PFNM) em comunidades de zona de fronteira, ao longo do Rio Capim, no Estado do Pará. O valor atribuído aos recursos pelas comunidades (valor relativo) exerce forte influência na forma como eles são explorados. Este valor é baseado em *representações* sobre a importância dos produtos florestais e no contexto em que são construídas. Para explorar esta temática, reconstruí o histórico de uma comunidade cabocla. Para as famílias da comunidade, a madeira sempre foi representada como uma *herança com valor de troca e uso pouco conflituoso*, aparecendo como uma possibilidade estratégica para a melhoria das condições de vida das famílias.

Abstract

This thesis explores the role that Non-Timber Forest Products (NTFP) play in the lives of rural communities in a dynamically changing timber frontier region along the Capim River in the eastern Amazonian state of Pará. There is a relative value, which strongly influence the way resources are used. This relative value is based on representations regarding the importance of forest products and on the context in which these representations are formed. To explore this theme, the thesis begins with a historical reconstruction of a caboclo community. For the households within the study communities, timber always represented an inheritance with exchange value and little conflicting use.

Four socioeconomic factors were identified which influenced

No atual contexto sócio-econômico foram identificados quatro fatores que influenciaram a continuidade da venda de madeira, mesmo depois de uma queda no consumo de PFNM: 1) relações paternalistas entre os compradores da madeira e os caboclos; 2) dificuldades de gestão comum dos recursos; 3) especialização e dependência de produtos externos e; 4) atração pelo mercado.

communities to sell timber despite the losses in NTFPs that they began to experience over time: 1) paternalistic relationships among buyers and caboclos; 2) difficulties in common property resource management; 3) quick cash gained from timber sales guaranteed access to market products and; 4) expanding market involvement required increased cash to meet increasing needs.

INTRODUÇÃO

Em seu processo de expansão na Amazônia, a atividade madeireira tem implantado um modelo de grande crescimento econômico inicial, seguido de um rápido colapso (VERÍSSIMO *et al.* 2002), que tem levado a uma tendência constante de migração para novas fronteiras (SCHNEIDER *et al.*, 2000). Com o avanço do desmatamento, grande esforço científico tem sido feito para aprofundar o conhecimento sobre a alternativa que o extrativismo de produtos florestais pode representar, tentando se aliar a possibilidade de desenvolvimento com conservação (Alegretti, 1994). Símbolo deste debate, o termo “Produtos Florestais Não Madeireiros” (PFNM)¹ tem sido forjado como evidenciador da dicotomia entre a exploração da madeira e o aproveitamento da floresta para outros usos.

Como mostram Arnold & Pérez (1998), os entusiastas dessa corrente defendem que, muito mais do que a madeira, o comércio dos PFNM pode adicionar valor à floresta, aumentando os incentivos para mantê-la em pé (PETERS *et al.*, 1989); que os PFNM representam uma “renda invisível” essencial para o sustento e bem-estar das populações que vivem em áreas de floresta (NEUMANN & HIRSCH, 2000; FALCONER, 1996 e PIERCE, 2002) e que sua exploração é quantitativamente menos destrutiva que a exploração da madeira (Nepstad, 1997).

Na Amazônia, para comunidades que se encontram em fronteiras de expansão da atividade madeireira e ainda possuem áreas de floresta – geralmente com grande valor para sua subsistência –, mas também onde se encontram madeiras de alto valor comercial, a questão do valor dos produtos florestais se impõe constantemente. Diante de freqüentes opções pela venda da madeira, torna-se imperativo indagar: por que os caboclos de comunidades com áreas de floresta optam pela exploração da madeira com ganhos limitados ao momento da venda, enquanto que o aproveitamento dos PFNM poderia se dar por tempo indeterminado?

Alguns trabalhos que contestam o valor atribuído aos PFNM ajudam a compreender que seu propalado potencial (econômico, de bem-estar e ecológico) é, em muitas circunstâncias, questionável. Alguns autores defendem que os resultados de estudos mostrando o alto valor econômico

1 Uma das definições mais difundidas diz que o termo PFNM compreende todos os outros materiais biológicos que não a madeira que são extraídos da floresta para uso humano; isto inclui alimentos, medicamentos, óleos, resinas, látex, caía, plantas ornamentais, lenha, fibras,

dos PFM podem obscurecer questões substanciais (como, por exemplo, as grandes distâncias do mercado), que fazem com que muitos produtores tirem muito pouco proveito econômico dos PFM (SHANLEY *et al.*, 2002a e SHEIL & WUNDER, 2002). Além disso, para os que defendem a idéia de que o mercado pode trazer prosperidade para as pessoas que praticam o extrativismo vegetal, os bastante conhecidos argumentos de Homma (1993) e Dove (1994) são pouco animadores².

Acerca do valor invisível da floresta, complicações metodológicas demonstram as dificuldades em se atribuir importância comparativa entre produtos consumidos localmente e produtos que possuem valor de troca no mercado (WOLLENBERG e NAWIR, 1998). O trabalho de Sheil & Wunder (2002) argumenta sobre a fragilidade de alguns métodos e as dificuldades em se fazer generalizações, enfatizando, sobretudo, que muitas pesquisas têm se orientado pelo valor potencial e não pelo valor real dos produtos³.

Do ponto de vista ecológico, a sustentabilidade da exploração dos produtos florestais também é questionável. Existem relações claras com a habilidade das espécies em se recuperar depois da extração (ANDERSON, 1998 e GARCÍA FERNÁNDEZ, 2001).

Estes trabalhos são importantes para contestar o alto valor atribuído aos PFM. No entanto, um aspecto sobre o qual a pesquisa pouco avançou é na constatação de que, para comunidades que vivem na fronteira da expansão da atividade madeireira, a valorização dos produtos florestais não recai necessariamente sobre seu valor real (valor econômico, de bem-estar e ecológico), mas sim sobre seu *valor relativo*, um valor que é atribuído a estes produtos pelos produtores comunitários.

O valor relativo é, por sua vez, resultado de *representações* elaboradas sobre a importância da floresta e do contexto em que tais representações são construídas. Como mostra Godelier (1984), a relação do homem com a natureza implica a elaboração de representações e interpretações compartilhadas pelos membros da sociedade. Segundo o autor, as diferentes formas de intervenção individual e coletiva sobre a natureza são baseadas nestas representações e interpretações. Estas representações, por sua vez, são fortemente influenciadas pelo contexto em que são elaboradas.

2 Homma (1993) demonstra que os produtos extrativos que atingem alta demanda de mercado tendem a ser ou domesticados (e ent.,o cultivados) ou produzidos artificialmente, condenando seu extrativismo a falência. Dove (1994) tem sido particularmente crítico considerando as iniciativas de mercado verde para produtos florestais, indicando que seus impactos sociais freq., entemente são negativos e produzem poucos benefícios para as populações locais.

3 Também Cunningham (2001) e Luckert & Campbell (2002), discutindo a necessidade de uma abordagem mais holística sobre a temática dos PFM, propõem novas alternativas metodológicas. Cunningham mostra os equívocos a que uma pesquisa pode chegar caso não considere o saber local. Luckert e Campbell chamam a atenção para o fato de que além de

Para se compreender as decisões tomadas pelos membros das comunidades na gestão de seus recursos, mais do que buscar pelo valor real dos produtos florestais, cabe à pesquisa atentar para seu valor relativo. Como mostram Luckert & Campbell (2002:230), “os valores que as pessoas atribuem para os recursos florestais são chaves para compreender a racionalidade de suas decisões”. É neste sentido que Henkemans (2001) argumenta que muitos moradores da floresta podem estar prontos para convertê-la para outros usos, mesmo considerando sua importância, se a opção está dentro de seu alcance e se as circunstâncias os levarem a isto. Alcançando-se esta complexidade, poder-se-á compreender melhor o potencial real da exploração dos PFNM para a utilização de áreas de florestas, de forma que possam associar desenvolvimento e conservação.

Para discutir a temática da valoração dos recursos florestais por grupos camponeses, este trabalho foi construído a partir de um estudo de caso, em uma comunidade cabocla (Quiandeuá), localizada às margens do Rio Capim, Município de Ipixuna, Pará. A reconstrução das formas como os comunitários foram se apropriando dos recursos florestais ao longo dos últimos cem anos fundamentou-se na compreensão da *representação* pela qual os comunitários fizeram de sua floresta, ao longo de sua história, identificando o *contexto* em que esta representação foi construída.

Na comunidade moram, hoje, 206 pessoas, das quais 118 homens e 88 mulheres. São 32 famílias distribuídas ao longo dos aproximadamente 470 alqueires⁴ pertencentes à comunidade. A área não possui divisão de lotes – é de propriedade comum. É um grupo composto essencialmente por negros, constituído depois de diversas etapas de migração de famílias que residiram antes em áreas do Baixo Capim e seus afluentes.

O texto está dividido em três partes. Primeiro cuida-se de reconstruir a forma como o grupo representa sua história, desde sua chegada, isto é, do desenvolvimento do extrativismo da madeira em prancha, vendida para patrões que “aviavam” os extratores. Posteriormente, o grupo começa a trabalhar tirando madeira em rolos para vender para serrarias que se estabeleceram nas proximidades. Depois, retrata-se a chegada das empresas madeireiras que passam a comprar os direitos de exploração da madeira em tora. Na terceira, discute-se a representação feita sobre os recursos florestais e os fatores contextuais que exerceram influência na produção dos respectivos significados.

4 Alqueire é a unidade de medida normalmente empregada pelos caboclos do Capim. Um alqueire, no Capim, é equivalente a 4,8 hectares. Um hectare, por sua vez, equivale a um quadrado com

Exploração da madeira branca das margens dos rios e igarapés (1920 - 1985)

Extração de madeira em prancha (1920 - 1975)

Entre 1897 e 1911, Belém vivenciou uma série de reformas urbanas patrocinadas pelo *boom* da borracha (DERENJI, 1994). Os habitantes da capital do Pará e das cidades próximas construíam e era grande a demanda por madeira. Graças a um desses condicionantes da natureza, que chegam a sugerir que “o rio comanda a vida”, nos dizeres do historiador Leandro Tocantins, o Rio Capim tem uma corrente muito forte e deságua no Rio Guamá, próximo a Belém. Isto o tornava uma das fontes imediatas da madeira utilizada para as construções neste período. Começava o processo de ocupação e extração madeireira no Alto Capim⁵.

A história do grupo de que trata este estudo começa quando, na década de 1920, Salazar, um caboclo vindo do Baixo Capim, se estabeleceu na área que hoje é da comunidade do Quiandeuá, aí criando um entreposto comercial. Salazar fornecia o rancho necessário para os serradores de serrotão⁶, que subiam o rio em cascos de remo de faia⁷ e ficavam de cinco a seis meses no Alto, para voltar com dúzias e dúzias de pranchas serradas de madeira branca. Depois da morte de Salazar, no começo da década de 1930, os homens que moravam no Quiandeuá começaram a subir o rio. A extração de madeira serrada se tornou a atividade mais importante para o sustento de suas famílias.

5 Alto É um termo recorrente no vocabulário dos caboclos do Capim. Serve principalmente para fazer diferença a quem veio ou vem do Baixo, embora os limites entre Alto e Baixo não estejam bem definidos. Antes de serem termos que expressem divisões claras, eles servem para indicar movimentos, pois ou se vai do Alto para o Baixo ou o contrário. Em seus diálogos não existe o Médio Capim. Adotaremos a divisão local referindo-nos sempre como sendo Alto Capim as áreas onde está a comunidade e área mais acima, de onde tiraram madeira.

6 Serrote grande manuseado por duas pessoas que foi a ferramenta mais usada pelos serradores de madeira em prancha.

7 ... uma embarcação com espaço para 12 pessoas, movida a partir de remos característicos, chamados remos de faia, diferente da montaria (canoa), embora o nome seja o mesmo.

Com a distância do mercado, comprava-se pouco, mas era preciso comprar aquilo que não se produzia: o rancho era sabão; para roupa, compravam "o corte"; para a agricultura, terçado, machado e enxada; o sal era distribuído pelo governo, em barras que eram trituradas. A carne, invariavelmente vinha da caça abundante e dos peixes. O consumo de PFM, principalmente de caça, era muito importante para garantir a alimentação das famílias.

A madeira em prancha era entregue aos "patrões", que exerciam grande poder sobre as comunidades, por serem praticamente o único meio de contato com o centro urbano e permitirem a troca dos produtos da floresta pelos da cidade⁸. McGrath (1999) ressalta que, para os que moravam no interior e tinham dificuldades de transporte, o endividamento com o "patrão" chegava a ser uma maneira de construir a continuidade nos intercâmbios.

Picard (1998) acrescenta que os agricultores podem optar por um certo grau de endividamento para estabelecer relações com os mais "fortes", aqueles que aparecem como garantia de ajuda, proteção, acesso a bens e serviços, um certo reconhecimento social e, (por que não?), a possibilidade de transformar o cliente em patrão. No histórico do Quiandeua, em todos os momentos, os patrões são retratados como amigos da família, alguém com quem se poderia contar nas situações difíceis e alguém que não deveria ser decepcionado.

Este foi o período áureo da extração de madeira serrada no Alto Capim. Como garantisse o sustento das famílias através da troca pelo rancho, a madeira se tornou a principal atividade a ocupar a mão-de-obra local. Além da madeira, eram negociados com os patrões, o látex da maçaranduba e couros de animais silvestres, mas estes produtos tiveram seu mercado reduzido a partir de 1960⁹. Também eram utilizados e negociados com os marreteiros, varas de madeira, óleo de copaíba, cipó-titica, breu e jutaica. Até hoje, é possível vender estes produtos com relativa facilidade, porém, como no passado, quando as vendas acontecem, a quantidade dos produtos é pequena. A madeira, por outro lado, tinha a vantagem de ter valor de troca considerado alto e demanda constante de um comércio dificilmente saturável.

8 Santos (1989) revela a importância do aviamento como viabilizador do aparecimento e permanência do campesinato amazônico, "o campesinato nasceu e se desenvolveu tendo como mediadores o "aviamento" e a abundância física de terra, e esteve situado tensamente entre dois pólos: a liberdade e a espoliação" (SANTOS, 1989: 51).

9 Por volta de 1960, com a queda no preço e a adulteração do produto por parte dos extratores, ocorreu o fim da extração de látex no Quiandeua e proximidades. O comércio de couros, por sua vez, aconteceu em grande quantidade somente até o ano de 1967, quando o governo editou o

Madeira em rolo (1975 - 1983)

As mudanças derivadas da construção da Rodovia Belém-Brasília começaram a ser percebidas no Quiandeua a partir da década de 1970. Neste contexto, a extração de madeira em prancha perdeu competitividade, depois da chegada de serrarias e do loteamento das áreas que serviam como fonte de madeira. Como alternativa, as famílias começam a procurar áreas não loteadas mais próximas à comunidade para extrair madeira em rolos¹⁰ e vender para duas pequenas serrarias que haviam se instalado nas proximidades. As madeiras brancas eram as prediletas por serem menos densas e poderem ser transportadas boiando pelos rios.

Nesta situação, formavam-se grupos de 3 a 5 moradores e cada grupo extraía, no mínimo, 50 rolos a cada ano. A madeira era retirada no inverno e os extratores trabalhavam, no máximo, 3 meses por ano. O recurso era de livre acesso - valia a lei: "trabalhou, tem o direito de levar" - e as famílias com mais habilidade e interesse em trabalhar com a madeira conseguiram ganhar mais que outras que só trabalhavam esporadicamente.

Neste período, instauraram-se novas formas de negociação. O sistema de aviamento de rancho para os extratores foi secundarizado. A madeira em rolo do Alto Capim passou a ser negociada com os donos de serrarias ou com intermediadores (que revendiam para as serrarias). O pagamento passou a ser em dinheiro. Mas, na maior parte dos casos, os extratores trabalhavam subordinados aos donos das serrarias, que financiavam as extrações e, portanto, possuíam controle do processo e sobre seu produto - a madeira.

Com a maior proximidade com o comércio e uma vida social crescendo proporcionalmente ao aumento do número de moradores, ampliaram-se a necessidade e o interesse das famílias por produtos provenientes da cidade. A quantidade e variedade de alguns produtos vindos do comércio aumentou: café, açúcar, sabão, óleo, carne, arroz e feijão. Ainda era fácil conseguir peixe no rio, mas a caça já havia diminuído, provavelmente por causa dos desmatamentos provocados pelas fazendas que já cercavam a comunidade¹¹.

10 A árvore era derrubada e o tronco dividido perpendicularmente em duas toras menores, formando os rolos. Esta técnica facilitava o arraste da madeira para os cursos d'água. Os rolos eram transportados sobre a "lagarta", uma construção de varas amarradas com cipós que desliza por uma trilha previamente preparada com varetas roliças, movida por tração humana.

11 Na segunda metade da década de 1970, os fazendeiros começaram a se estabelecer na vizinhança e a derrubar grandes áreas de floresta. Sua chegada implicava perdas para os caboclos, principalmente porque muitas áreas de caça estavam sendo transformadas em

A maior dedicação ao extrativismo da madeira em rolo durou até a redução da quantidade de árvores mais próximas aos cursos d'água, por volta de 1983. Junto com a redução dos recursos, a chegada dos primeiros madeireiros, que se responsabilizavam pela retirada da madeira, marca o fim da extração da madeira em rolo e o início da exploração em terra-firme.

PARTE 2

Madeira vermelha da terra-firme (1983 - 2002)

A exploração madeireira na Amazônia tem se dado de forma predatória e sua economia tem seguido o modelo *boom-colapso* (VERÍSSIMO *et al.*, 2002). Segundo o modelo, depois de um rápido crescimento na primeira década, por volta do vigésimo ano de extração, ocorre a escassez de madeiras de valor comercial e a economia local entra em crise (SCHNEIDER *et al.*, 2000).

Este modelo predatório leva a um processo de migração constante das empresas madeireiras em busca de novas áreas para explorar. O trabalho de Souza Jr. *et al.* (2000) mostra que 73% do Estado do Pará é coberto por florestas que, em sua maior parte (77%), é economicamente acessível à atividade madeireira¹². A intervenção humana cada vez mais freqüente e intensiva nestas áreas autoriza a inversão da máxima que afirma que o rio dirige a vida. Entendendo-se o rio como a metáfora amazônica, pode-se então afirmar que, definitivamente, na Amazônia chegou o tempo em que “a vida dirige o rio”.

No Quiandeuá, a expansão da atividade madeireira começou a ser percebida no início da década de 1980, quando os madeireiros alcançam o Rio Capim e passam a negociar com comunitários a compra dos direitos de exploração da madeira de suas áreas de florestas. Para os comunitários,

¹² Para os próximos anos, o Governo Federal planeja reestruturar e criar Eixos Nacionais de Transporte e Desenvolvimento. O objetivo principal É incentivar a produção nacional e integrar interna e internacionalmente o Brasil. Segundo o Ministério do Meio Ambiente, a fronteira do desenvolvimento poder chegar a lugares distantes e a Amazônia ser diretamente impactada por quatro grandes eixos: Eixo do Arco Norte; Eixo Madeira-Amazônia; Eixo Araguaia-Tocantins e Eixo Oeste (BRASIL, 2001). Atingidas estas metas, a tendência de migração das indústrias

depois da escassez das fontes de madeira branca, os madeireiros representaram novas possibilidades para a obtenção de recursos com a venda de madeira; e também para o estabelecimento de relações com grupos de maior poder econômico.

A extração passou a se dar em áreas de terra-firme, que são mais ricas em diversidade de espécies e onde há predominância das chamadas madeiras duras, ou vermelhas, mais valorizadas no mercado. Os primeiros a chegar foram os madeireiros pequenos que revendiam as toras para serrarias rio abaixo. Eles atuaram em quatro extrações entre os anos de 1983 e 1990. A partir da década de 1990, empresas grandes¹³, vindas dos municípios de Paragominas, Ipixuna e Tomé-açu, alcançaram o Alto Capim. A partir daí, a exploração foi feita com uma variedade crescente de espécies com diâmetros de árvores cada vez menores.

Nas formas de negociação com os madeireiros pequenos, as relações se mantiveram bastante personalizadas. Com a chegada das grandes empresas, foi cada vez maior a despersonalização das relações entre os comunitários e os compradores. Não obstante, os caboclos do Capim permaneceram subjugados por um mecanismo que consiste no pagamento, adiantado e em espécie, de parte do valor negociado pela madeira. Como uma "isca", o dinheiro adiantado assegura o interesse da comunidade na negociação.

O pagamento passou a ser feito por área explorada, mas o dinheiro resultante não era mais o que mantinha as famílias. A venda de madeira passou a complementar a economia doméstica. Com o pequeno desenvolvimento das atividades de roça e a queda no consumo de PFNM, o dinheiro proveniente da venda da madeira foi importante para proporcionar a aquisição de bens substitutos no mercado. Este poder de compra garantiu tanto o acesso a bens de subsistência como também a bens de consumo.

O visitante que porventura entrar em algumas casas do Quiandeua, onde moram as famílias com maiores posses, certamente encontrará um fogão a gás; camas compradas no mercado de Ipixuna; colchões; guarda-roupas com portas com espelhos; aparelhos de som; e bicicletas. A última venda também representou a possibilidade real de consertar

13 Os madeireiros pequenos são aqueles que trabalhavam com pouco maquinário, basicamente um caminhão, uma motosserra e um barco para rebocar as jangadas. Os grandes possuem um

o barco ganhou da prefeitura de Ipixuna e conseguir comprar gado, aquisição que não seria possível somente com o dinheiro da venda da farinha.

No entanto, talvez mais que o dinheiro ou o que foi feito com ele, o que está mais vivo na memória dos entrevistados são os favores prestados pelos madeireiros. Eles construíram o barracão da igreja (que hoje não existe mais), ajudaram usando o caminhão para buscar madeira nas construções na comunidade e farinha na roça, emprestavam a motosserra (algumas famílias já faziam roça de motosserra) e doavam combustível. A gratidão das famílias da comunidade pode ser vista neste depoimento: “ele (o madeireiro) não dava o coração porque não podia tirar” (DONA TEODORA, 38 anos).

Nesta fase, mesmo que a gestão conjunta dos recursos madeireiros já estivesse definida, existiram fortes influências individuais na decisão do grupo sobre as vendas. Como comentou o coordenador da comunidade, “administrar o que é meu é fácil, mas administrar o que é nosso é difícil. Nós combinamos, não era para vender a madeira, mas também não era para colocar roça na mata, que a roça também estraga, mas no meio de todos, quando quatro fazem diferente, estraga. O cara começava a fazer errado, mas se a gente fosse falar, ele poderia não gostar e a gente achou melhor vender tudo logo” (OCÁRIO, 27 anos).

Dentre os madeireiros grandes (que exploraram a área a partir de 1990), é possível diferenciar aqueles que realizaram explorações seletivas (quatro empresas, de 1990 a 1995) daqueles que exploraram de forma predatória (cinco empresas, de 1997 a 2003) (ver tabela 1). Com as explorações seletivas o número de espécies e a quantidade de árvores derrubadas haviam sido relativamente pequenos. Como resultado, o consumo de PFM ainda era consideravelmente alto. Em 1994, o consumo médio de cipós por família foi de mais de 20 quilos, o de frutas mais de 400 quilos e o de caça mais de 130 quilos (SHANLEY, 2000). No entanto, as dificuldades de acesso a produtos da floresta (principalmente caça) começam a ser percebidas, não só porque a mata da comunidade havia sido explorada mas também porque foi a partir de 1990 que as fazendas vizinhas começaram a incrementar o processo de derruba da floresta para a implantação de pastagens.

Tabela 1 Tipos de madeireiros que exploraram a área do Quiandeuá entre 1983 e 2002

Tipos	Pequenos				Grandes seletivos				Grandes predatórios				
	Anos	1983	1986	1988	1990	1991	1992	1993	1995	1997	1997	1998	2001
Maquinário	1 caminhão, 1 motosserra e 1 barco rebocador				1 skider, 1 carregadeira, 1 balsa com rebocador, 2 caminhões e 3 motosserras				1 skider, 2 carregadeiras, 1 balsa com rebocador, 3 caminhões, 6 motosserras				
Área explorada (ha)	350				920				2.000				

Fonte: Levantamento de campo

A continuidade das extrações, mesmo depois de tantos eventos de venda da madeira, é explicada por três fatores. O primeiro, conforme já havia constatado Veríssimo *et al.* (1996), se deve à tendência de aumento, em áreas de fronteira mais antiga, da quantidade de espécies de interesse comercial. O segundo refere-se ao fato de que árvores de diâmetro cada vez menor passaram a ser procuradas pelos madeireiros. Além disso, no Quiandeuá, como as explorações não se concentraram em um só ponto, a maior parte da área havia sido explorada uma única vez. O levantamento de Veríssimo *et al.* (1996) é bem ilustrativo no sentido de mostrar que, mesmo depois de vários danos com a extração madeireira, uma área de floresta ainda apresenta grande potencial para futuras explorações¹⁴.

Nas explorações consideradas predatórias, uma das conseqüências foi um incêndio acidental em 1997 em cerca de 100 alqueires de área recém explorada¹⁵. Decorrente dos efeitos da extração madeireira associados aos efeitos desastrosos da queimada, o consumo de PFNM pelas famílias da comunidade diminuiu significativamente, tanto por sua menor oferta como pelo menor acesso aos recursos restantes.

Discutindo a existência de um ponto limite até onde as florestas são capazes de resistir à exploração madeireira e continuar sendo fonte de PFNM, Shanley *et al.* (2002b) mostram que, para o Quiandeuá e duas comunidades vizinhas este ponto pode ser identificado no ano de 1997.

¹⁴ Em um hectare estudado, de um total de 55 árvores de DAP 30 cm, depois da exploração, ainda sobravam 60% com uso atual ou potencial (VERÓSSIMO *et al.*, 1996).

¹⁵ O estudo de Gerwing (2002), em Paragominas, mostra o processo de degradação que sofrem as áreas exploradas para a extração de madeira e Nepstad (1999) e Cochrane & Laurence (2002)

A figura abaixo mostra uma queda de aproximadamente 75% no consumo médio de frutas pelas famílias das comunidades entre os anos de 1993 e 1999. Neste sentido, pode-se afirmar a existência de um claro conflito de uso entre os produtos madeireiros e os não madeireiros.

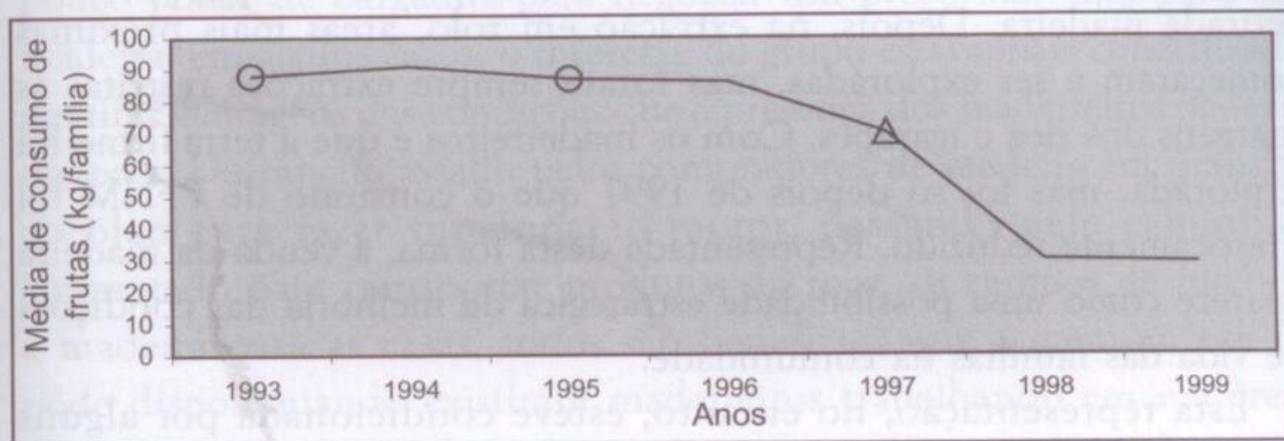


Figura 1 Consumo de frutas nativas em três comunidades do Rio Capim, Pará, Brasil, entre os anos de 1993 e 1999.

Fonte: Shanley et al., 2002b.

Na figura, os dois círculos simbolizam casos de extração de madeira e o triângulo extração de madeira seguida de fogo.

PARTE 3

A representação dos produtos florestais e o contexto em que é construída

A partir dos fragmentos de memória valorizados no histórico da comunidade, pode-se afirmar que a floresta representou uma *herança com valor de troca de uso não conflituoso*. Herança porque foi utilizada ao longo do tempo conforme as necessidades e oportunidades, de modo a garantir a manutenção e desenvolvimento do grupo que se estabelecia.

Em comparação com outros produtos da mata, a madeira foi o único que sempre apresentou *valor de troca* relativamente alto. O comércio de PFM no Rio Capim que, no princípio, significou uma fonte considerável de renda para as famílias (com o látex, maçaranduba e couro de animais), foi sendo reduzido aos poucos. Por outro lado, o extrativismo da madeira alavancou a economia local e permitiu maior contato com o mercado. Neste sentido, a presença dos compradores de madeira ao longo do processo de reprodução dos comunitários foi fundamental na atribuição deste valor de troca à madeira.

Além disso, não cabe, pelo menos até o ano de 1997, a ideia de **conflito de uso** entre a extração madeireira e a coleta de outros produtos para o uso local ou para venda. No Capim, quando a madeira era serrada em pranchas, da área da comunidade praticamente não foi retirada madeira. Depois, na extração em rolo, áreas mais próximas começaram a ser exploradas, mas foram sempre extrações restritas às margens dos rios e igarapés. Com os madeireiros é que a terra-firme foi explorada, mas foi só depois de 1997 que o consumo de PFNM foi drasticamente reduzido. Representada desta forma, a venda da madeira aparece como uma possibilidade estratégica de melhoria das condições de vida das famílias da comunidade.

Esta representação, no entanto, esteve condicionada por alguns fatores contextuais que influenciaram a importância atribuída à floresta e garantiram a manutenção das vendas mesmo depois que o conflito de uso entre madeira e PFNM ficou evidente.

As relações paternalistas entre compradores de madeira e comunitários

A compreensão da Amazônia como um *locus* onde o moderno e o atrasado se confundem é essencial para antecipar o contexto em que se dão as relações entre os membros da comunidade e o meio externo. Mesmo que o avanço das empresas madeireiras sobre novas áreas marque a chegada de uma frente econômica modernizadora, esta modernização não é pressuposto de uma tendência linear e radicalmente compulsória à racionalização da vida social e do predomínio de relações sociais de tipo contratual (MARTINS, 1997).

No Capim, foram desenvolvidas, entre os comunitários e os madeireiros, relações sociais paternalistas. Se a metáfora paternal - do comprador visto como um pai amigo da comunidade - (Picard, 1998) for concebida como uma possibilidade de forjar uma relação na qual o "pai" não assuma premeditadamente o papel de explorar o outro e, se dentro do contexto em que a exploração acontece, possam estar presentes também traços de legítima amizade, confiança e dependência entre as partes, é forçoso reconhecer que a memória das relações sociais que envolvem a exploração madeireira no Alto Capim está recheada da metáfora paternal. Aí é capital compreender a presença de um poder simbólico forjando uma relação de aparente igualdade, essencial na criação de um *consensus social* (BOURDIEU, 2001). Pode-se afirmar

Neste sentido, mais que a figura do comprador que dá valor de troca à madeira, era importante para as famílias que este comprador também oferecesse, como um pai o faria, algumas facilidades. Com pouco poder de barganha para negociar um preço mais alto para sua madeira, em alguns casos, o interesse do grupo estava mais concentrado em tirar vantagens das condições que a presença dos madeireiros poderia oferecer. Do rancho aviado pelos compradores de madeira em prancha ao óleo para fazer funcionar o motor, passando pelo caminhão emprestado para transportar produtos da roça, os campos de futebol, a madeira para as casas, todos são benefícios que a comunidade só pôde dispor quando existiram madeireiros trabalhando em sua área. Mesmo as caronas cedidas pelos madeireiros são sempre encaradas como um favor, um privilégio concedido e, mesmo que o transporte fosse pago, continuaria sendo motivo de gratidão pois o madeireiro, a princípio, não está ali para prestar este serviço.

Nas relações de aviamento, a metáfora paternal foi peça fundamental na reprodução de um ideal de igualdade e garantia da manutenção do sistema de exploração do trabalho local pelos patrões. Com a chegada de serrarias, em muitos casos, os extratores ficaram subordinados àqueles que financiavam a extração. Com os madeireiros, as relações foram gradativamente se despersonalizando e as trocas passaram a ser mediadas pelo dinheiro. Mesmo mais recentemente, no entanto, quando a relação entre “iguais” se desfez e as diferenças entre os madeireiros e os caboclos tornaram-se evidentes, o interesse das famílias pelas vendas de madeira foi garantido utilizando-se a técnica de aliciamento dos comunitários, em que parte do dinheiro da compra da madeira é adiantada.

Possivelmente, a elaboração destas formas de relações personalizadas permitiu que atitudes violentas, características da área de fronteira, não tenham sido registradas no Capim. Aqui, como sugere Scott (1985), mais do que em seus conflitos explícitos, o aspecto trágico da degradação do outro, de que fala Martins (1997), será mais facilmente encontrado nas formas de relacionamento caracteristicamente amistosas, estabelecidas entre os caboclos do Capim e os compradores de madeira.

As dificuldades na gestão comum dos recursos

A teoria de tragédia dos comuns, apresentada por Hardin (1968) foi criticada em vários aspectos (ver ARNOLD, 1998 e MCKEAN & OSTROM,

fato de que, no estudo de uma comunidade, é importante atentar para a existência de interesses particulares que podem não estar em consonância com os interesses comuns.

Quando a madeira da área da comunidade passou a ser considerada de propriedade comum, cada decisão de venda passou a ser feita em conjunto. Mas a posse comum dos recursos não significa necessariamente acesso e controle equitativo dentro do grupo. Brinkiman *et al.* (1991) ressaltam que, considerando o sistema de posse como sujeito ao processo social, estudos empíricos têm demonstrado que os sistemas de manejo comum sofrem influências e estão sujeitos a pressões internas e externas ao grupo. É comum que indivíduos tenham interesses conflitantes com o interesse do conjunto; e também não é raro que indivíduos mais influentes tirem vantagem sobre os demais (BRINKIMAN *et al.* 1991).

No histórico do Quiandeuá, o interesse de algumas famílias se sobrepôs ao de outras. A partir do momento em que a madeira passou a ser vista como bem de propriedade comum, a forma de gestão deste bem passou a estar sujeita a pressões de indivíduos que não estavam necessariamente afinados com o interesse do conjunto. A frase do coordenador da comunidade dizendo que "administrar o que é meu é fácil, mas administrar o que é nosso é difícil" é bem esclarecedora. Desta forma, pode-se afirmar que as dificuldades na gestão comum dos recursos exerceram também forte influência na decisão da comunidade em relação à venda da madeira.

A especialização e dependência do mercado

A afirmação de Santos (1989) de que, diferentemente do campesinato clássico, o camponês amazônico não está apto para a produção de vários artigos de que tem necessidade, encontra respaldo nos dados empíricos do histórico do Quiandeuá. De fato, desde o início, a ocupação da área esteve vinculada ao rancho aviado pelo patrão às famílias extratoras de madeira. A madeira foi sempre essencial para garantir às famílias o acesso aos produtos do mercado de que precisavam.

Além disso, o modelo teórico elaborado por Wilkie & Godoy (1996) chama a atenção para a tendência de que a crescente integração da comunidade no mercado gere sua especialização em atividades com alto valor de troca. Segundo os autores, a importação de produtos em substituição àqueles que a comunidade antes produzia, promoverá a

funcionou, no Capim, como este produto capaz de render o suficiente para que as famílias perdessem seu interesse pelos outros, substituídos por bens de mercado. No histórico do Quiandeua, com a morte de Salazar e à medida em que os homens começaram a subir o rio para tirar madeira, a roça e outras atividades extrativas, com grande importância no emprego da força de trabalho do grupo, foram perdendo espaço. A madeira tornou-se, então, a principal atividade a ocupar o tempo e a força de trabalho do grupo e praticamente só as mulheres e crianças ficam para tomar conta da roça.

Com a chegada da madeira em rolo, que remunerava menos, houve uma retomada das atividades de roça¹⁶. Com o advento da exploração da madeira em tora, no entanto, a roça logo voltou a ficar restrita ao plantio de mandioca principalmente para o consumo doméstico. A chegada dos madeireiros representou uma fonte relativamente constante de dinheiro capaz de suprir muitas necessidades das famílias com bens do mercado. Com a queda na oferta dos PFNM a rede de segurança que a floresta representava para as famílias foi rompida. A dependência de produtos de fora passou então a ser maior. Isto vai aumentar cada vez mais a necessidade de dinheiro, que é conseguido com novas vendas de madeira.

O fetiche do mercado

Santos (1989), observa que a integração na economia de mercado e a influência da cultura urbana estimulam uma crescente demanda dos agricultores, seja por produtos que antes obtinham da floresta, seja por alimentos produzidos internamente, mas sem possibilidade de armazenamento. Demmer & Overman (2001:219) também sugerem que, com a maior integração da economia local ao mercado, "o atrativo por produtos modernos impõe um forte esforço para que se consiga o dinheiro necessário para sua aquisição".

No Quiandeua, com o passar dos anos, foi crescente a dependência dos caboclos em relação ao mercado como forma de suprir a necessidade de produtos para o consumo local. Mas daí não se pode concluir que sua única demanda fosse por bens de subsistência. Além de ajudar na subsistência das famílias, o dinheiro da venda da madeira também

16. A retomada das atividades agrícolas se explica também porque os homens passaram a trabalhar

permitiu a aquisição de bens, aos quais os comunitários não teriam acesso, devido a seu pequeno poder de compra. Ele possibilitou assim o acesso a bens que passaram a representar sonhos de consumo.

Existiram bens que, por seu alto custo relativo só puderam ser adquiridos pelas famílias a partir do dinheiro ou das relações provenientes da venda da madeira. Este é o caso, por exemplo, das motosserras, do caminhão, da parcela do primeiro gerador de eletricidade, do dinheiro para reformar o barco e da possibilidade de se adquirir algumas cabeças de gado.

Mas há também outros bens que passaram a representar sonhos de consumo das famílias. Nas festas, os rapazes precisavam estar bem vestidos e com dinheiro no bolso para impressionar as moças. Mais recentemente, depois do casamento, a camisa do time de futebol favorito para os homens e panelas novinhas em folha para as mulheres não podem faltar. Os bens que podem ser encontrados nas casas (fogões, camas, colchões, guarda-roupas, aparelhos de som e bicicletas) são representativos da prosperidade das famílias.

Enfim, com os desdobramentos do uso dos produtos madeireiros, o dinheiro passa a circular mais facilmente. Além de garantir a compra dos bens necessários à subsistência das famílias, possibilita a aquisição de bens que atraem seu interesse. Também aqui a venda da madeira é essencial como fonte deste dinheiro.

■ Considerações finais

A forma como os grupos locais valorizam os produtos florestais é relativa e dependente da maneira como são representados e do contexto em que esta representação é construída. Como argumentam Luckert & Campbell (2002: 234): “Mais importante que estimar valores é interpretá-los dentro de contextos específicos”.

No processo de constituição de Quiandeuá, o modo como a madeira foi representada pelas famílias, como uma *herança com valor de troca e uso não conflituoso*, foi imprescindível para que a sua exploração fosse assumida como uma possibilidade estratégica de melhoria de suas condições de vida. O contexto em que a comunidade estava inserida evidenciou quatro fatores que contribuíram para a continuidade das vendas: 1) a inserção do grupo em relações paternalistas, que uniu os comunitários aos

duas partes foram representadas como aliadas; 2) as dificuldades de gestão comum dos recursos foram determinantes para desestruturar o grupo e permitir que interesses individuais exercessem influência preponderante; 3) a crescente especialização no extrativismo da madeira e conseqüente dependência do mercado, forçaram cada vez mais a continuidade da atividade capaz de garantir o acesso a substitutos vindos do mercado (a extração de madeira), e; 4) o interesse das famílias em participar de uma economia de mercado e de todas as vantagens que ela pode oferecer, manteve acesa a necessidade de dinheiro.

Esta conclusão, de forma alguma, desqualifica a discussão que se faz sobre o papel do extrativismo no desenvolvimento regional. Quando se pensa, por exemplo, em políticas públicas para a Amazônia, é fundamental a reflexão sobre a viabilidade econômica, social e ecológica do extrativismo, tal como presente nos trabalhos de Homma e Alegretti.

A tese defendida aqui é a de que, para os comunitários que detêm estes recursos, sua valorização é um fenômeno complexo e sujeito a vários condicionantes. Para estes comunitários, o valor da floresta é relativo. Para compreender suas decisões, é essencial conceber a importância dos produtos florestais dentro do contexto em que é assim construída. Os valores sobre a floresta tropical, tais como percebidos localmente, contrastam enormemente com a visão construída globalmente. Embora algumas projeções sobre a riqueza de biodiversidade e sobre o valor econômico dos produtos florestais não madeireiros possam parecer promissoras, elas foram sempre pobremente contextualizadas na economia e sociedade locais.

■ Referências Bibliográficas

ALLEGRETTI, M. H. Políticas Para o Uso dos Recursos Naturais Renováveis: a Região Amazônica e as Atividades Extrativas. In: CLÜSENER-GODT, M. & SACHS, I. (Eds.). **Extrativismo na Amazônia Brasileira: Perspectivas Sobre o Desenvolvimento Regional**. Paris: Compêncio MAB 18-UNESCO. 1994.

ANDERSON, P.J. Using Ecological and Economic Information to Determine Sustainable Harvest Levels of a Plant Population. In: WOLLENBERG, E. & INGLES, A (Edts.). **Incomes From the Forest: Methods For the Development and Conservation of Forest Products for Local Communities**. Bogor: CIFOR. 1998.

ARNOLD, J.E.M. and PÉREZ, M. R. The Role of Non-Timber Forest Products in Conservation and Development. In: WOLLENBERG, Eva & INGLES, Andrew (eds.). **Incomes From the Forest: Methods for the Development and Conservation of Forest Products for Local Communities**. Bogor, Indonésia: CIFOR. 1998.

ARNOLD, J.E.M. **Managing forests as common property**. (FAO Forestry Parer 136) Rome: FAO. 1998.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2001. pp. 7-16.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Avaliação e Identificação de Ações Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade na Amazônia Brasileira**. Brasília: MMA/SBF. 2001.

BRINKMAN, W.; BROUWER, R.; DUIJIL, E. Van; GERRITSEN, R.P. den H.; LIEROP, P. van, MOL, P.; REMMERS, G., & STRIJKER, B. **Communal Management of Forest Lands**. BOS NiEuWSLETTER no.22, vol.10 (1), april. 1991.

COCHRANE, M.A. & LAURENCE, W.F. Fire as a Large-Scale Edge Effect in Amazonian Forests. **Journal of Tropical Ecology** 18:311-325. 2002.

CUNNINGHAM, A. B. **Applied Ethnobotany: People, Wild Plant Use & Conservation**. London Earthscan. 2001. pp. 10-59.

DEMMER, J. & OVERMAN, H. **Indigenous People Conserving the Rain Forest? The Efect of Wealth and Markets on the Economic Behaviour of Tawahka Amerindians in Honduras**. Wageninen: Tropenbos

DERENJI, J. da S. A Seleção e a Exclusão no Meio Urbano: Reformas no Fim do século XIX em Belém do Pará. In: D'INCAO, M.A. & SILVEIRA, I.M. da (orgs.). **A Amazônia e a Crise da Modernização**. Belém: MPEG. 1994.

DOVE, M. R. **Marketing the Rainforest: "Green" Panacea or Red Herring?** Asia-Pacific Issues, No. 13. Honolulu, Hawaii: East-West Center. 1994

FALCONER, J. Developing Research Frames for Non-Timber Forest Products: Experience From Ghana. In: PÉREZ, M.R. & ARNOLD, J.E.M. **Current Issues in Non-Timber Forest Products Research**. Bogor, Indonesia: CIFOR. 1996.

GARCÍA FERNÁNDEZ, C. **Sistemas Tradicionales de Gestión del Bosque Tropical en Indonesia: Ecología y Prácticas Silviculturales**. Madrid: Universidade Complutense de Madrid/Departamento de Ecología. 2001

GERWING, J.J. **Degradation of forests through logging and fire in the eastern Brazilian Amazon**. Forest Ecology and Management 157:131-141. 2002.

GODELIER, M. **L'Idéal et le Matériel**. Paris: Fayard. 1984. 348p.

HARDIN, G. The Tragedy of the Commons. **Science** 162:1243-1248. 1968.

HENKEMANS, A.B. **Tranquilidad and Hardship in the Forest: Livelihoods and Perceptions of Camba Forest Dwellers in the Northern Bolivian Amazon**. Riberalta: PROMAB (Scientific Series 5). 2001.

HOMMA, A.K.O. **Extrativismo Vegetal na Amazônia: Limites e Oportunidades**. Brasília: Embrapa-SPI. 1993

LUCKERT, M.K. & CAMPBELL, B.M. Expanding Our Conceptual and Methodological Understanding of the Role of Trees and Forests in Rural Livelihoods. In: Campbell, B.M. e Luckert, M.K. (ed.). **Undercovering the Hidden Harvest: Valuation Methods for Woodland and Forest Resources (People and plants conservation manuals)**. London: Earthscan Publications Ltd. 2002.

MARTINS, J.S. **Fronteira: A Degradação do Outro nos Confins do Humano**. São Paulo: Hucitec. 1997.

McDERMOTT, M.J. & BEER, J.H. de. **The Economic Value of Non-Timber Forest Products in Southeast Ásia**. Netherlands: IUCN. 1996.

McGRATH, D. Parceiros no Crime: o Regatão e a Resistência Cabocla na Amazônia Tradicional. In: **Novos Cadernos NAEA**, v.2, n.2. Belém: NAEA/UFGA. 1999.

McKEAN, M.A. & OSTROM, E. Regimes de Propriedade Comum em Florestas: Somente uma Relíquia do Passado? In: Diegues, A.C. e Moreira, A.C.C. (orgs). **Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum**. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras/ USP. 2001.

NEPSTAD, D. C. Empobrecimento Biológico da Floresta Amazônica por Seringueiros, Madeireiros e Fazendeiros. In: Ximenes, T. **Perspectivas do Desenvolvimento Sustentável** (uma contribuição para a Amazônia 21). Belém: UFPA/NAEA. 1997.

NEPSTAD, D.C.; MOREIRA, A. & ALENCAR, A. **Flames in the Rain Forest: Origins, Impacts and Alternatives to Amazonian Fires**. Brasília: The Pilot Program to Conserve the Brazilian Rain Forest. 1999.

NEUMANN, R. P. & HIRSCH, E. **Commercialization of Non-Timber Forest Products: Review and Analysis of Research**. CIFOR, Bogor, Indonesia. 2000. 176p.

PETERS, C.M., GENTRY, A.H., & MENDELSON, R.O. Valuation of An Amazonian Rainforest. **Nature** 339:655-656. 1989.

PICARD, J. **Amazonie Brésilienne: Les Marchands de Rêves** (Occupations de Terres, Rapports Sociaux et Développement). Paris: l'Harmattan, 1998.

PIERCE, A. R. The Subsistence Use and Value of NTFPs: a forward. In: SHANLEY, P.; PIERCE, A.R.; LAIRD, S.A.; GUILLÉN, A. **Tapping the Green Market: Management and Certification of Non-Timber Forest Products a Summary**. London: Forthcoming from Eadthscan Publications LTd. 2002.

SANTOS, R.A.O. O Genius de uma Economia: Reflexões e Propostas sobre o Desenvolvimento da Amazônia. In: Aragon, L.E. e Imbiriba, M.N.O. (orgs). **Populações Humanas e Desenvolvimento Amazônico**. Belém: UFPA/ARNI/CELA, 1989.

SCHNEIDER, R. R.; ARIMA, E.; VERÍSSIMO, A.; BARRETO, P.; & JÚNIOR, C.S. **Amazônia Sustentável: Limitantes e Oportunidades para o Desenvolvimento Rural**. Brasília: Banco Mundial; Belém: Imazon. 2000.

SCOTT, J.C. **Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance.** Massachusetts: Yale University Press. 1985. 389p

SHANLEY, P. **As the Forest Falls: the Changing Use, Ecology and Value of Non-Timber Forest Resources for Caboclo Communities in Eastern Amazonia.** PHD Dissertation. The Durrel Institute of Conservation and Ecology, the University of Kent, Canterbury, Great Britain. 2000. 214p.

SHANLEY, P., LUZ, L. & SWINGLAND, I.R. The Faint Promise of a Distant Market: a Survey of Belém's Trade in Non-Timber Forest Products. Netherlands: **Biodiversity and Conservation** 11: 615-636. 2002.a.

SHANLEY, P., LUZ, L. & CYMERYS, M. The Interface of Timber and Non-Timber Resources: Declining Resources for Subsistence Livelihoods (Brazil). In: SHANLEY, P.; PIERCE, A.R.; LAIRD, S.A.; & GUILLÉN, A. **Tapping the Green Market: Management and Certification of Non-Timber Forest Products a Summary.** London: Forthcoming from Eadthscan Publications LTd. 2002.b.

SHEIL, D. & WUNDER, S. The Value of Tropical Forest to Local Communities: Complications, Caveats, and Cautions. **Conservation Ecology.** [inline] URL: <http://www.consecol.org/volXX/issYY/artZZ>. 2002.

SOUZA Jr., C.; VERÍSSIMO, A.; LIMA, E. & SALOMÃO, R. **Alcance Econômico da Exploração Madeireira na Amazônia.** Belém: Imazon. 2001.

VERÍSSIMO, A.; LIMA, E. & LENTINI, M. **Pólos Madeireiros do Estado do Pará.** Belém, Imazon. 2002.

WILKIE, D.S. & GODOY, R.A. Trade, Indigenous Rain Forest Economies and Biological Diversity: Model Predictions and directions for Research. In: PÉREZ, M.R. and ARNOLD, J.E.M. **Current Issues in Non-Timber Forest Products Research.** Bogor, Indonesia: CIFOR. 1996.

WOLLENBERG, E. and NAWIR, A.S. Estimativas the Incomes of people who depend on forest. In: WOLLENBERG, E. and INGLES, A. (Edts). **Incomes from the forest: methods for the development and conservation of forest products for local communities.** Boor: